



Mário Tarcitano

DIA DA MULHER É DE LUTA

ANDES-SN

37º Congresso do Andes define estratégias de apoio às minorias.

Pág. 02

Por uma escola democrática

O professor de Sociologia do C.A. João XXIII, Júlio César de Paula, fala ao Travessia sobre o impacto das perseguições políticas na atividade docente.

Pág. 04 e 05

Reforma da Previdência

A luta continua! É preciso barrar e revogar todas as contrarreformas do Governo Temer.

Pág. 03

37º Congresso do Andes

Andes se solidifica como um dos maiores sindicatos do país.

Pág. 06

Artigo

O Dia das Mulheres é necessário?

Pág. 08

EDITORIAL

Iniciamos o ano de 2018 com uma mobilização de caráter nacional contra a Reforma da Previdência. Mesmo com toda a negociação para a votação da PEC 287/16, as pressões populares contribuíram para desestabilizar a base de apoio governamental no Congresso, com os parlamentares temerosos dos efeitos negativos de seus interesses, sobretudo em ano eleitoral. Com isso, o ilegítimo Governo Temer retirou a Reforma da Previdência da pauta da Câmara dos Deputados

É importante reconhecer que as inúmeras ações de rua realizadas ao longo do último ano contribuíram para essa desestabilização governamental. Nosso desafio consiste em confrontar-nos ao autoritarismo que procura impor não apenas uma pauta econômica recessiva, mas ações políticas e ideológicas que suprimem as liberdades democráticas como a intervenção militar no Rio de Janeiro.

Lembremos que as condições de conquista popular e social sempre estiveram historicamente vinculadas a capacidade organizativa unitária da classe trabalhadora. O Movimento do 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, se constituiu num momento significativo da conjuntura de demonstração de nossa convicção na unidade. Nesse sentido, saudamos as professoras e os professores da UFJF e do IF Sudeste MG com uma mensagem de boas-vindas, reforçando nossas expectativas de renovação da participação no sindicato, nas assembleias, nas ruas para a construção de um projeto em favor da maioria da população brasileira.

Expediente

O *Travessia* é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSInd).

Redação, diagramação e fotos: **Isabella Mendes Freitas** MTB 014560/MG, **Daniel Goulart** Reg. 6083 DRT MG, **Estela Loth** sob a supervisão de Daniel Goulart, **Yasmin Machado Dias** sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas

Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / **Tel-Fax:** (32) 3215-1286 / **Site:** apesjfor.org.br / **Email:** faleconosco@apesjfor.org.br

Presidente: Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
Vice-Presidente: Jalon de Moraes Vieira - IF Sudeste - MG - Campus Juiz de Fora

Secretária Geral: Marina Barbosa Pinto - Faculdade Serviço Social

1ª Secretária: Alice Mary Monteiro Mayer - Faculdade Educação Física

2ª Secretária: Luiz Antônio da Silva Peixoto - Instituto de Ciências Humanas

1º Tesoureiro: Custódio Gouvêa Lopes da Motta - Aposentado

2º Tesoureiro: Thiago Barreto Maciel - C.A. João XXIII

NÃO DEU NA IMPRENSA

Ataque à autonomia

Depois que o Ministério da Educação tentou barrar oferta do curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UNB) "Tópicos Especiais em História: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", uma onda de revolta tomou conta de outras instituições que resolveram implementar a mesma matéria numa ato de resistência contra mais essa ingerência do estado sobre as Instituições Federais de Ensino.

13 Instituições:

Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Mato

Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

ANDES repudia

O ANDES divulgou em 22 de fevereiro uma nota de repúdio a todo o conjunto de ataques à autonomia universitária, desde a proposta do Escola Sem Partido, passando pelo corte brutal de investimentos até a tentativa do Mec em barrar a disciplina

ANDES-SN

CONGRESSO TRAÇOU ESTRATÉGIA DE APOIO A MINORIAS

O 37º Congresso do ANDES deu especial atenção à luta pelos direitos da população LGBT, indígenas, quilombolas e povos ciganos. Como efeito, deliberou por implementar lutas pelo acesso ao ensino superior dessas populações e por políticas que garantam sua permanência nas universidades. Decidiu, ainda, que o Sindicato realizará esforços no levantamento de informações sobre o perfil étnico-racial, de gênero, orientação sexual, uso do nome social nas IES e elaborará cartilha que subsidie o combate ao assédio sexual e à violência de gênero, racismo, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, romafofia e preconceito geracional.

Além disso, lutará pela criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de violações de direitos dentro das universidades e pela inserção de disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais, de

gênero e diversidade sexual na graduação e pós-graduação.

Merece destaque a criação da Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN como instrumento para fazer frente a todas as formas de violência contra a mulher, o assédio moral e sexual, a LGBTfobia, a homofobia, o racismo, a xenofobia, o etarismo e todas as formas de preconceito nesses espaços organizados pelo Sindicato.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A LUTA CONTINUA



Foto: Eduardo Leão

Aparentemente o governo ilegítimo Michel Temer jogou a toalha e a proposta da Reforma da Previdência foi adiada por tempo indeterminado frente à escassez de votos no Congresso Nacional. A luta dos trabalhadores foi fundamental para mostrar aos deputados que seus cargos estão em risco. Entretanto, essa suspensão foi confirmada pelo ministro da Secretaria do Governo, Carlos Marun, no dia 19 de fevereiro, três dias após a intervenção federal no Rio de Janeiro ser decretada pelo presidente Michel Temer. Afinal, segundo o parágrafo 1º do Artigo 60 da Constituição, nenhuma alteração nem PEC (proposta de emenda constitucional) podem ser realizadas enquanto houver intervenção federal em algum estado do país.

Mas foi considerado bastante conveniente que a intervenção dos militares do Rio tenha suspenso as votações para a Reforma da Previdência, principalmente em ano eleitoral, diante de um governo que enfrenta baixa aprovação. Além disso, a população permaneceu nas ruas, mostrando sua insatisfação com relação a todos ataques que o governo executou contra a classe trabalhadora. Com as eleições em mente, também era quase

certo que o Congresso não obtivesse os 308 votos necessários para a aprovação nos dois turnos.

A PEC 287/16 foi encaminhada por Michel Temer em 05 de dezembro de 2016 e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 14 de dezembro do mesmo ano. Entretanto, ela começou a ser discutida ainda em janeiro de 2016, quando a ex-presidente Dilma Rousseff ainda ocupava o cargo. Milhões de reais foram gastos pelo governo de Temer na tentativa de convencer os deputados e população de que as alterações no texto são necessárias. Somente a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto gastou mais de R\$ 100 milhões.

O texto da Reforma da Previdência foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, mas passou por alterações em 2017, de maneira que os trabalhadores rurais e beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada, assistência a idosos e deficientes de baixa renda) não fossem afetados. Os ajustes incluíram também uma redução no tempo de contribuição da iniciativa privada. A última alteração do texto da proposta aconteceu em fevereiro de 2018. Tratou-se de uma concessão que tinha como objetivo

conseguir mais votos a favor da reforma. O relator alterou um único ponto, que diz respeito à pensão de cônjuges de policiais mortos em serviço, permitindo que estes recebam o valor integral do benefício.

De qualquer maneira, seja pela aproximação das eleições, por meio do decreto de intervenção federal no Rio, e levando em consideração a rejeição ao texto da Reforma no Congresso, o presidente da Apes, Rubens Luiz Rodrigues, lembrou que também “é importante reconhecer que as inúmeras ações de rua realizadas ao longo do último ano contribuíram para a desestabilização governamental. A Greve Geral de 28 de abril e a Marcha a Brasília de 24 de maio foram o ápice de uma mobilização que contou com várias manifestações, passeatas e protestos, ainda que as grandes centrais sindicais recuassem da efetivação de movimentos paredistas no segundo semestre. Tanto no nível nacional quanto em nossa atuação local, a unidade que empreendemos com sindicatos, movimentos sociais, estudantes e partidos políticos permitiu uma construção coletiva que se confrontou, contundentemente, com a ofensiva sobre os direitos da classe trabalhadora.”

E mesmo que a votação referente à Reforma da Previdência tenha sido adiada, o governo ainda vai discutir outros projetos de extrema importância, que podem continuar a retirar direitos e enfraquecer setores estatais. Entre os temas em pauta estão a privatização da Eletrobrás, a autonomia do Banco Central, a regulamentação do teto remuneratório, a atualização das Leis Gerais de Telecomunicações e outras, totalizando 15 pautas prioritárias.

Portanto, é indispensável que a classe trabalhadora continue mobilizada para barrar os retrocessos impostos pelo Governo Temer e defender os direitos que foram conquistados justamente por meio da luta e da união. ■

Entrevista

RESISTIR CONTRA AS PERSEGUIÇÕES POL

Apesar de ter sido retirado da pauta do Senado Federal, o Projeto Escola Sem Partido (E.S.P.) evidenciou a forte movimentação conservadora que vem crescendo na sociedade brasileira. Em fevereiro desse ano, o professor Luiz Felipe Miguel do curso de Ciências Políticas da UnB, responsável pela disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, passou a ser investigado a pedido do MEC. Em contrapartida, docentes de outras universidades prestaram seu apoio oferecendo disciplinas com a mesma temática.

Na esfera local, o Colégio de Aplicação João XXIII e a Câmara Municipal de Juiz de Fora também foram palcos recentes de episódios de patrulhamento ideológico exercido sobre a atividade docente.

Na opinião do professor de Sociologia do C.A. João XXIII, Julio César de Paula a categoria precisará de muita coragem e apoio institucional para enfrentar o cenário atual. Confira a entrevista:

Jornal Travessia - Como este recente contexto de patrulhamento ideológico tem afetado a atividade cotidiana de professores e professoras?

Professor Júlio César de Paula - Criou-se um ambiente de insegurança para o nosso trabalho cotidiano. Por mais que a gente seja politizado e tenha consciência tranquila sobre a seriedade do que a gente faz, fica um sentimento de insegurança. A popularização forçada desse projeto de lei sedimentou uma postura de desconfiança de alguns grupos sociais em relação ao trabalho docente. É uma postura tanto produzida, no sentido de não ter surgido espontaneamente, quanto oportunista, pois só poderia ter sido produzida numa sociedade que desvaloriza consideravelmente o nosso trabalho e o nosso papel social. Mas é preciso organizar a resistência contra essas forças retrógradas no sentido de combater a desinformação. Todo o es-



Mário Tarcitano

copo de informação mobilizado pelos controladores da campanha do Escola Sem Partido (E.S.P) é intelectualmente ignorante e desonesto. Estamos lidando com gente que mal sabe sobre política e mal sabe sobre educação, mas essa gente tem muito dinheiro e muito meio pra inventar circunstâncias que afetam a opinião pública contra a política e contra a educação. Nós, professores e professoras, temos condições totais de debater política e educação abertamente com a sociedade a partir de uma perspectiva muito mais complexa e muito mais embasada. Nisso a gente ganha de braçada. O problema é que justamente os grupos sociais que estão comendo a corda errada do E.S.P. são os que menos estão dispostos a encarar um debate público sobre essas questões. Elas preferem ficar ora na campanha subterrânea dos grupos de whatsapp, e ora na busca pelo sensacionalismo midiático articulado com a judicialização das relações. Aí fica difícil.

JT - No final de 2017, o texto da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovado sem quaisquer

menções a “orientação sexual” e “gênero”, e tornando obrigatório o ensino religioso nas escolas. Qual será o impacto de tais mudanças na Educação?

JCP - Esse impacto não será igual pra todas as escolas. A gente vai poder perceber variações dele dependendo das circunstâncias. Uma coisa que vai ser comum à todas as escolas, independente das diferentes circunstâncias de cada uma: a vulnerabilidade da instituição diante dos grupos arrebanhados pelos autores e pelos principais interessados na aprovação desse documento da forma como ele está. Para além disso, nós vamos ter que ter muita coragem e apoio institucional pra bancar uma resistência. O que não está proibido deve ser entendido como permitido. A BNCC não menciona “orientação sexual” e “gênero”, mas também não menciona (e nem pode mencionar) a proibição da presença desses temas no trabalho da construção de uma educação de qualidade. Vamos precisar de apoio e coragem para bancar a manutenção desses temas e a produção de relações mais justas e inclusivas de conhecimento. A

ÍTICAS: POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

BNCC torna obrigatório o ensino religioso nas escolas, mas não pode interferir na nossa autonomia institucional de determinar como nós vamos construir um currículo em torno disso. Vamos precisar de apoio e coragem pra construir projetos político-pedagógicos mais justos e mais inclusivos para implementarmos um ensino religioso que seja adequado para a vida pública: não fundamentalista, não confessional, não obscurantista e que não seja uma negação das ciências em geral.

JT - Estudos mostram a relação do Movimento E.S.P. com partidos e líderes políticos, *think-thanks* e organizações religiosas, o que contradiz a afirmação propagada de que se trata de um movimento “livre” e “apartidário”. Como explicar a forma como o discurso da isenção se transforma exatamente no seu inverso, sendo mobilizado para limitar os conteúdos escolares ao que é de interesse das redes políticas e de financiamento do movimento?

JCP - O discurso utilizado pelos controladores desse patrulhamento é manjado e velho, mas eficiente. Destaco um detalhe: mesmo sendo uma sociedade que odeia as escolas e a educação, esse movimento jamais teria surgido espontaneamente, sem apoio financeiro e ideológico desses grupos. A lógica de construção desse discurso é a seguinte: a prescrição de normas (como se elas fizessem sentido) de como deveria ser (e supostamente não é) o trabalho docente; a produção de uma representação maniqueísta sobre a ideia de família e, simultaneamente, a provocação de um sentimento de ameaça à integridade dessa caricatura de família produzida; a generalização dessa caricatura de família, como se fosse um modelo universal; a naturalização de características humanas que são produzidas socialmente e que não tem nada de natural, mas que interessam ao *status quo*, como as ideias de classe, gênero, raça; e a inversão da realidade, que assim como um estuprador coloca a culpa na vítima

tentando caracterizar o seu comportamento ou a sua maneira de se vestir, ou um agressor procura argumentar que a vítima mereceu apanhar, os verdadeiros doutrinadores ideológicos (que são os agentes financeiros e políticos da “antipolítica” e os exploradores da fé cega massificada) pagam de isentões e promovem a caça aos professores (que seriam os supostos doutrinadores ideológicos).

JT - Em texto recente, Gabriela Theophilo argumenta que o principal sentimento mobilizado para esse controle da ação docente é o medo. Outros autores vêm apontando para as manifestações de ódio dirigidas contra aqueles que manifestam opiniões contrárias à cartilha conservadora. Como você percebe a expressão de tais afetos?

JCP - Esses afetos se manifestam de um jeito muito personificado. Quando estão na plenária da Câmara Municipal, os arrebanhados da direita se movimentam contra a gente como se o nosso linchamento fosse a garantia da vitória sobre o embate de ideias. Eles não odeiam a instituição, não odeiam a escola. Odeiam as professoras e professores. Durante a audiência pública sobre a presença da personagem *FemmeNino* no João XXIII, nós recebemos um alerta de que haviam pessoas portando armas de fogo entre os civis que estavam presentes na plenária. Isso é gravíssimo! A expressão desses afetos é tipicamente fascista! Isso não é uma metáfora. É um conceito mesmo. O fascismo está aí.

JT - Uma das críticas ao E.S.P. é o fato de sua argumentação se basear em uma desumanização do professor, que deveria atuar como mero instrumento da burocracia estatal. Na mesma linha, o aluno é objetificado, entendido como um elemento passivo, que apenas absorve a informação. Assim, apesar de parecer absurdo, o movimento não acaba sendo respaldado por uma visão tradicional de Educação, que é

aceita em grande parte das instituições de ensino e praticada por diversos profissionais da área?

JCP - Como eu disse, os controladores da campanha do E.S.P não entendem nem de política, e muito menos de educação. Numa certa medida, eles são financiados e encorajados por alguns grupos privados que controlam algumas empresas escolares. Acontece que para administrar essas empresas escolares não foi necessário nenhum conhecimento sobre política e nem sobre educação. Por força da lógica de mercado e da ética reprodutivista da nossa classe média endinheirada, essas empresas escolares meio que se tornaram referência de um modelo de ensino a ser seguido. É muito comum quando algumas instituições públicas de ensino básico obtêm um mínimo de melhoria, que os seus gestores e professores adotem os mesmos procedimentos tradicionais do modelão de empresa escolar. Os que adotaram e adotam essas práticas, mal sabem de política. Mal sabem de educação.

JT - Qual o papel pedagógico e político das instituições públicas de ensino no enfrentamento desse cenário?

JCP - Aí é papo reto: tratar as questões e as práticas públicas de maneira republicana. Do ponto de vista administrativo, mais transparência e clareza de critérios sem que isso fragilize a autonomia institucional. Do ponto de vista político-pedagógico, facilitar a construção dos conhecimentos, valores e relações que são saudáveis e justos pra vida pública.

JT - E como a categoria docente pode construir uma resistência efetiva a este projeto, de forma a garantir o exercício livre de seu ofício e uma produção de conhecimento plural e democrática?

JCP - Outro papo reto: buscar sempre a via do debate público, nunca se esquivar dela. Estamos em pé de guerra. A parte que nos cabe é a luta através do conhecimento. A esfera pública está carente de um bom debate. ■

37º Congresso: Andes se solidifica como um dos maiores sindicatos do país.

“FORTALECENDO A UNIDADE DE AÇÃO”

Foto: Divulgação Andes-SN



O 37º Congresso do ANDES-SN se realizou entre 22 e 27 de janeiro na cidade de Salvador e se configurou como o maior em sua história. Foram 415 delegados e 122 observadores, representando 82 Seções Sindicais, o que credencia o ANDES como um dos maiores sindicatos do país. Com o tema “Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma Universitária de Córdoba”, o evento teve a organização da ADUNEB Seção Sindical.

A plenária de abertura realizou-se imediatamente após as apresentações culturais, contando com a participação de várias entidades do movimento sindical, popular e estudantil. Os debates construíram resoluções para a luta contra o inimigo comum: o governo, o capital e seu projeto de destroçamento dos direitos dos(as) trabalhadores(as).

Temas como as contrarreformas e os ataques desferidos contra a classe trabalhadora, expandidos e aprofundados pelo governo ilegítimo de Michel Temer; a seletividade da justiça no julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o balanço das mobilizações e greves realizadas no último período deram o tom das discussões.

Após mais de cinquenta intervenções, os(as) congressistas aprovaram a centralidade da luta para 2018: “Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público fede-

ral, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos”.

Para a maioria dos(as) participantes, o ANDES-SN deve continuar filiado à CSP-Conlutas, centrando esforços pelo aprofundamento da democracia interna na central e pela capilarização no movimento social e sindical brasileiro.

O 37º Congresso aprovou uma carta dirigida às centrais sindicais, conclamando-as para a construção de uma grande unidade. Esteve em evidência a Comissão da Verdade do ANDES-SN que deve atuar em unidade com o GT de História e Memória do Movimento Docente (GTHMD). Deliberou-se, ainda, pela criação de uma comissão com o fim de levantar e denunciar casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político no país.

O congresso reafirmou um conjunto de atividades em curso em defesa da previdência social universal, contra os planos complementares e a privatização dos hospitais universitários por meio da EB-SERH.

Os docentes reafirmaram a necessidade de unidade de ação no combate a

projetos como Escola Sem Partido, na realização de debates, estudos e publicações sobre financiamento, sobre o documento do Banco Mundial “Um ajuste justo”, os regimes de trabalho nas universidades públicas, os dados da educação a distância, a situação de trabalho dos(as) docentes na modalidade a distância, os projetos de lei que visem criar o fundo patrimonial, a Base Nacional Curricular, a Reforma do Ensino Médio, as ações e processos de inclusão nas IES de pessoas com deficiência e a política de formação docente.

As discussões em torno da política de classe, gênero, etnia e diversidade sexual reafirmaram a posição do ANDES-SN em defesa da legalização do aborto, de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

O sindicato reafirmou também sua defesa das cotas étnico-raciais e sua posição pelo fortalecimento da FUNAI com gestão democrática e orçamento suficiente para implementação das políticas a ela pertinentes. ■

Intensificar a Luta Contra os Ataques aos Direitos dos Trabalhadores

PEC 287/16: contrarreforma da previdência, lastreada em números forjados sobre o falacioso déficit da previdência social;

MP 805/17 e suas correlatas no plano dos estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11 para 14%

PL 116/17: estabelece regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por insuficiência de desempenho

MP 792/17: que trata de desligamento voluntário de servidores(as) públicos(as)

Professora Raquel da Silveira **O papel político e pedagógico da dança**

PELA LIBERTAÇÃO DOS CORPOS E DAS FALAS

Fotos: Estela Loth



A fala mansa de Raquel escorre feito água: tem leveza e força, beleza e luta. É Ghawazee. E é Oxum.

“Quem é essa mulher? Que devagar e hoje, depois de tanto tempo, eu fui descobrir que era tão parecida comigo?” O desafio que diversos pesquisadores da Cultura enfrentam ao se debruçar sobre a alteridade – em especial quando o encontro envolve o par Oriente e Ocidente – a professora Raquel da Silveira* apreende com o olhar, o gesto, o corpo, a alma. A questão apareceu ainda na adolescência, com o primeiro contato com a dança do ventre. Mas apesar da aparente discrepância entre a dançarina e a expectadora, uma gama de afinidades aproximava papéis tão diferentes. “Às vezes pensamos que, por estarmos no Ocidente, por estarmos no Brasil, temos corpos mais livres do que elas, vidas mais livres que as delas, mas quando você vai pesquisando, vai escutando essas mulheres, percebe que cada uma, em sua medida, sofre essa mesma pressão.” Ainda que, em locais onde o fanatismo religioso está mais impregnado, as possibilidades de libertação estejam mais

distantes, questões como assédio sexual e repressões de diversas ordens afetam cotidianamente a vida das mulheres em ambos os contextos. O uso do véu, por exemplo, de um ponto de vista etnocêntrico, pode facilmente ser criticado pela obrigatoriedade da regra, ao ferir os princípios da liberdade individual e da igualdade entre os sexos. Entretanto, a norma recebe outra conotação quando as nativas são escutadas. Raquel menciona, neste caso, um trecho do documentário *“Tão longe é aqui”* (Brasil, 2013), de Eliza Capai, em que uma das entrevistadas afirma que o uso do véu fez com que os homens a olhassem nos olhos.

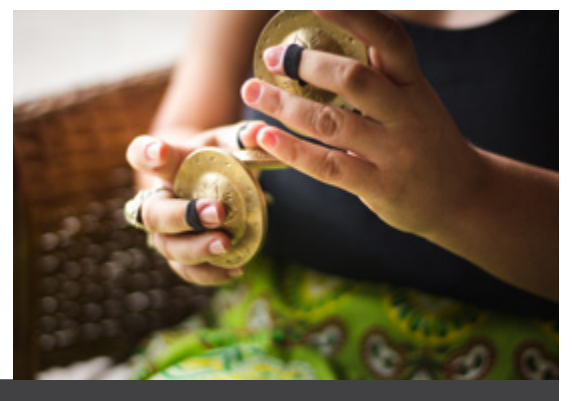
Esta relativização do olhar sobre o Oriente, que politiza ao mesmo tempo o olhar sobre nossa própria cultura, é um dos pontos que Raquel leva para a *Ágora*** de Danças Árabes, que tem sido oferecida há dois anos e meio no Colégio de Aplicação João XXIII em parceria com a professora do Departamento de Educação Física e participante do Grupo de Corporeidade afro-brasileira, Eliete Verbena. A dança se transforma, ali, em uma poderosa ferramenta de conhecimento, de desconstrução de estereótipos e de expressão dos afetos. Tudo isso, porém, se dá de forma “orgânica”, como define Raquel. Naquela semana de imersão no universo árabe – e feminino – as participantes e os (eventuais) participantes da *Ágora* compartilham histórias, escutam e dançam as diferentes sonoridades das músicas e instrumentos árabes e vivenciam experiências de cuidado, autocuidado, conhecimento do outro e autoconhecimento (como massagens e pintura dos olhos).

A história das Ghawazees – dançarinas ciganas que se instalaram no Egito, onde nasceu a dança do ventre – é a porta de entrada escolhida por Raquel “Essas mulheres fortes, inteligentes, que tocavam instrumentos, contavam histórias, foram retratadas de maneira marginalizada e muito perseguidas na fase do Orientalismo. Por que será?” A ideia é demonstrar de que forma o poder feminino, manifesto de diversas formas, representa uma ameaça às sociedades patriarcais. Essas sábias dançarinas, que ainda hoje sofrem com re-

pressões, fiscalizações e preconceitos na cidade do Cairo, servem também à uma relativização da “sensualidade” da dança do ventre. Como ressalta a professora, este aspecto, que foi enfatizado pelo olhar ocidental, não deve ser ignorado; mas o que se conhece como a “mística” da dança do ventre vai muito além disso. Aí entra em jogo o aspecto ritual e terapêutico da dança, por exemplo. Nascida entre as sacerdotisas egípcias, “a dança do ventre surgiu voltada para as questões da mulher, como a fertilidade – daí os haréns, onde as mulheres se encontravam, se reuniam.” Raquel considera importante esse resgate contextual como forma de confrontar os estereótipos que recaem com frequência sobre este tipo de dança.

Além disso, recriar este ambiente de reunião entre mulheres contribui para que os laços de sororidade sejam reforçados na atualidade – como acontece com as alunas que participam da *Ágora*. Com os anos de experiência na pesquisa, ensino e prática de dança, Raquel foi percebendo que podia ir mais além do seu sentido estético: “de usar essa dança como um instrumento político, principalmente num viés mais feminista. De libertação dos corpos e da fala. Acho que esse é meu trabalho: o de compartilhar um saber que faz parte da minha vida há tantos anos, que me ajuda dia a dia, que me fortalece dia a dia, e que eu vejo, agora, que o caminho está sendo traçado”. ■

* Raquel da Silveira é professora de Espanhol do Departamento de Letras e Artes do C.A. João XXIII. Tem formação em dança e em folclore árabe. Atualmente tem se debruçado sobre as danças tradicionais brasileiras e sobre os aspectos terapêuticos da dança através dos arquétipos femininos.
** As *Ágoras* são cursos de curta duração (10 horas de aula) oferecidas por professores e professoras para estudantes do Ensino Médio, com ênfase em temas que escapam ao método e ao programa curricular ordinário.



O DIA DAS MULHERES É NECESSÁRIO?¹

DANIELA REZENDE

Professora da UFV, pós-graduada em Ciências Políticas pela UFMG.

Estabelecido em meados do século XX, o 08 de março ganhou escopo internacional após a Segunda Guerra mundial, a partir de esforço capitaneado pelas Nações Unidas. Apesar das controvérsias associadas à origem da data², o contexto em que essa emergiu diz respeito às reivindicações de mulheres por mais direitos, como o acesso ao voto, a melhores condições de trabalho, ao divórcio e à propriedade (GONZÁLEZ, 2010).

Passados mais de 100 anos do surgimento da data, cabe perguntar, como aponta o título deste texto: o dia das mulheres é necessário? Ora, se as origens da comemoração remetem a lutas por direitos, é importante considerar que hoje a igualdade jurídica já foi conquistada, o que significa que não há, no contexto das democracias contemporâneas, dispositivos legais que restrinjam direitos de mulheres. Entretanto, se essa é uma conquista indispensável e inegável, alguns dados nos mostram que o dia das mulheres ainda é necessário, uma vez que a desigualdade entre homens e mulheres persiste.

Em 2017, a celebração da data foi chamada de #8M: greve internacional de mulheres. A chamada para a mobilização³ apontava a necessidade de articular as lutas por direitos e de retomar a greve como instrumento de reivindicação política. Apontava a necessidade de enfrentar a violência e a desigualdade, em seus múltiplos eixos e conformações. Nesse sentido, esse movimento expunha que o dia das mulheres era ainda necessário e que seu caráter político, fundado em uma noção ampliada de cidadania e de solidariedade, deveria ser retomado.

A condição das mulheres brasileiras também nos mostra que esse é seu o caminho. Em nosso país, a violência contra as mulheres é ainda um desafio, apesar das importantes conquistas das últimas décadas, como a promulgação da lei Maria da Penha ou a tipificação do feminicídio. Nesse aspecto, o Mapa da Violência de 2015⁴ aponta que entre 1980 e 2013 houve um incremento

de 111% nas taxas gerais de feminicídio. Considerando apenas as mulheres negras, essa taxa sobe para 190,9%, na década de 2003 a 2013. Quando se trata de violência contra mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, o problema também é grave. Relatório da “Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) tem recebido informações sobre a vulnerabilidade da população LGBT a atos de violência sexual ou familiar e constatou que, em todo o continente americano, as mu-



É sempre importante lembrar que direitos são frutos de intensas mobilizações coletivas.”

lheres LBT correm o risco particular de violência devido à misoginia e à desigualdade de gênero na sociedade⁵. Segundo o mesmo documento, o Brasil lidera o ranking de violência contra a população LGBT nas Américas⁶.

Pode-se argumentar que, apesar desse quadro, as mulheres obtiveram importantes conquistas, incluindo o acesso à educação, já que elas são mais escolarizadas que os homens e são maioria inclusive nas universidades, considerando tanto o ensino de graduação como o de pós-graduação⁷. Esse é um grande avanço, mas não suficiente para sanar as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e aos postos mais prestigiados na universidade, o que configura o fenômeno chamado de “teto de vidro”. Como apontam dados do CNPq, o percentual de mulheres reduz consideravelmente à medida que se considera os estratos mais elevados da carreira: “No nível 1A, o mais alto do CNPq, em 2015 as mulheres representavam 1 em cada 4 pesquisadores⁸”.

Em se tratando de condições de trabalho, é preciso avaliar em que medida reformas como a trabalhista e a da previdência afetam as mulheres, especialmente aquelas posicionadas na base da pirâmide social: negras, trabalhado-

ras rurais, pouco escolarizadas e sem vínculo formal de trabalho.

Finalmente, há que se lembrar uma trincheira quase invisível mas com efeitos devastadores para as mulheres, as chamadas duplas ou triplas jornadas de trabalho. Dados do IPEA mostram que “em 2015, a jornada total média semanal das mulheres superava em 7,5 horas a dos homens (53,6 horas semanais a jornada média total das mulheres e 46,1 a dos homens)⁹”. Esse dado indica que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não remunerado. O impacto dessa desigualdade é profundo, afetando o acesso a outros direitos e as escolhas que as mulheres podem fazer ao longo de sua vida.

Mas esses desafios não devem ser motivo de desânimo ou desmotivação. É sempre importante lembrar que direitos são frutos de intensas mobilizações coletivas, ou seja, que foram situações de injustiça que nos impulsionaram a lutar por dias melhores. Felizmente, mesmo em meio a tantos revéses, os fatos nos lembram que a história das mulheres do Brasil e do mundo é uma história de luta, marcada por inúmeros obstáculos, mas também por importantes conquistas.

É por isso que, ainda em 2018, o 08 de março é importante e necessário. É por isso que essa data deve ser celebrada: para nos lembrar do quanto caminhamos para chegar até aqui, para lembrarmos do quanto ainda precisamos avançar e para resistirmos, juntas, por aquelas que ainda estão por vir. ■

Referências:

¹ Título inspirado em texto de autoria de Alexandra Kollontai, publicado em 1920, no 08 de março. Ver: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres. São Paulo: Expressão Popular; SOF Sempreviva Organização Feminista. 2010, p. 195.

² Há várias versões associadas à origem do 08 de março. Muitas dessas remetem a um de dois acontecimentos, ambos ocorridos nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e o início do século XX: uma greve e um incêndio em uma fábrica têxtil, que teve como vítimas mais de uma centena de operárias. Entretanto, González (2010), a partir de ampla pesquisa histórica para sua tese doutoral, identificou que a data foi originalmente estabelecida na 2a. Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, ocorrida em Copenhague em 1910.

³ Para ler na íntegra o manifesto, acesse: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>.

⁴ Ver: http://www.mapadaviolencia.org.br/df2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

⁵ <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>

⁶ http://agenciapatriciagalvao.org.br/lgbt/_brasil-concentra-mais-da-metade-dos-assassinatos-de-lgbts-continente-segundo-oea/

⁷ Ver: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

⁸ <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao- apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>

⁹ Ver: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf